


SÍNTESE DO RELATÓRIO SOBRE O CURSO DE CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM EM METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DA FABES/PMSP.

USO NO
PROGRAMA

	Ação Educativa Documentação
Código:	UNP 062
Base:	05/06/86

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
N.º	507/512
Data	04/11/87

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
N.º	[REDACTED]
Data	22/11/85

I. Esclarecimento aos leitores

Encerrada a redação do Relatório sobre a Reciclagem e Técnicos do PEA-FABES, a equipe do CEDI percebeu que o mesmo resultara num extenso dossiê de 45 páginas e 45 anexos. Na forma integral, o relatório dificilmente seria lido e discutido por todos os interessados, mesmo porque não teríamos condições financeiras de reproduzi-lo em larga escala. Optamos então por redigir esta síntese, na qual foram suprimidos os relatos dos cursos e dados estatísticos, e foram sintetizadas principalmente as avaliações, conclusões e sugestões referentes à Metodologia do Programa.

Desta forma o CEDI, através de seu Programa de Educação e Escolarização Popular, entrega ao PEA-FABES como retorno do contacto realizado, o Relatório Geral, os exercícios de Português e o Caderno de Planos de Aulas de Estudos Sociais, em número limitado para consulta nas Regionais, e esta Síntese, em número suficiente para que a ela tenham acesso todos os Monitores, Técnicos e Chefias, e que esperamos seja amplamente debatido.

II. Breve histórico e Condicionantes do Curso

Por ocasião da solicitação da reciclagem ao CEDI, a equipe Central do PEA-FABES esclareceu que desde a ruptura do Convênio com o MOBRAL já haviam sido realizadas várias discussões sobre as diretrizes educacionais do Programa e estudos teóricos acerca da educação popular e de adultos. A necessidade da reciclagem, naquele momento, situava-se no âmbito da metodologia de educação de adultos, devendo o curso assumir um caráter instrumental.

A reciclagem foi precedida de uma pesquisa junto a técnicos e monitores de diversas regionais, cujo objetivo era estabelecer um diagnóstico das dificuldades metodológicas mais frequentes e orientar a preparação dos cursos nas diferentes áreas e níveis (alfabetização e suplência).

A preocupação exposta pela Equipe Central quando da solicitação do curso confirmou-se durante esta pesquisa que revelou que as dúvidas sobre como o trabalho deve ser realizado perpassam todas as instâncias organizativas do Programa. Essas dúvidas são resultado muitas vezes de uma falta de clareza do que seja um processo de ensino-aprendizagem para adultos, de uma falta de formação específica para a tarefa ou de uma prática pouco refletida. Na verdade, o corpo de propostas explicitado no caderno "Educação

de adultos: programação básica", apesar de se revelar qualitativamente bom, era pouco discutido ou mesmo conhecido, tanto entre técnicos quanto entre monitores.

A preparação da reciclagem considerou ainda outros fatores como o pouco tempo disponível para o preparo e desenvolvimento do curso, o elevado número de elementos por turma e sua heterogeneidade e as possíveis incongruências entre as propostas metodológicas do CEDI e do PEA.

Tendo detectado um descontentamento generalizado entre os monitores em relação ao período proposto para o curso, ponderamos junto à Equipe Central que uma eventual obrigatoriedade de frequência comprometeria o andamento e a metodologia propostos para o mesmo. Apesar das garantias da Equipe Central de que considerava o curso prioritário, e não obrigatório, o encaminhamento dessa resolução às Regionais foi marcado por equívocos que acabaram por dificultar a explicitação de nossos objetivos e papel junto aos monitores.

III: As Propostas dos Cursos

Organizamos a reciclagem com o objetivo de propiciar espaços de reflexão sobre a metodologia de educação de adultos, de forma a criar possibilidades de questionamento sobre as formas de trabalho nas várias Áreas de Estudo abrangidas pelo PEA.

Entendíamos que essas formas de trabalho estavam condicionadas por três fatores: as condições institucionais e materiais do programa, sua posição implícita ou explícita face à prática educativa, e a formação e domínio que técnicos e monitores têm dos conteúdos básicos das Áreas.

Procuramos firmar esta reflexão sobre propostas práticas, fazendo com que a relação permanente entre teoria e prática fosse a tônica do trabalho nas diversas Áreas. Tentamos conferir igual importância à reflexão metodológica e sua vivência, situando as estratégias didáticas e técnicas no contexto de uma metodologia mais global, evitando-se assim que elas pudessem ser assimiladas como "receitas", geradoras de uma dependência contínua de novas "receitas", ou então que fossem utilizadas de maneira mecânica.

Ao longo dos cursos com técnicos e monitores, apesar da diversidade de propostas e atividades realizadas, procuramos explicitar uma concepção metodológica que não diz respeito apenas a esta ou aquela disciplina, mas a uma visão mais ampla do que entendemos ser fundamental num projeto educativo destinado à população que o PEA atinge. Essa concepção pode ser sintetizada através das três orientações básicas comuns que demos aos cursos: a primeira reconhece que o educando tem um conhecimento adquirido em sua vivência pessoal e social, que é o ponto de partida e referência do trabalho educativo; a segunda é de que a formação de indivíduos participantes, críticos, independentes e criativos requer uma metodologia que considere o educando como agente de seu processo educativo, construtor do

próprio conhecimento; a terceira considera que a escolaridade e o processo de aprendizagem requerem o desenvolvimento de operações mentais, o domínio de determinadas habilidades e técnicas e a aquisição e sistematização de novos conhecimentos que o ensino deve propiciar.

IV. Considerações sobre a Metodologia do PEA

Duas ordens de problemas metodológicos puderam ser detectados ao longo do contato com o PEA: uma refere-se ao conteúdo programático, sua extensão, adequação e embasamento ideológico, outra à forma como é concebida a construção do conhecimento, ou seja, como se dá o processo ensino aprendizagem.

A. O conteúdo programático

Avaliamos que o conteúdo programático peca pelo excesso e pela inadequação nas diversas Áreas de Estudo: na Alfabetização falta coerência temática ao rol de palavras geradoras e flexibilidade em relação à introdução das famílias silábicas; na Suplência, o ensino da Língua esbarra com as nomenclaturas e definições da gramática normativa; em Matemática, a divisão dos campos numéricos em faixas estanques (0-499 em AFI, 500 a 999 em AFII, etc...) é arbitrária e compromete a aprendizagem da lógica do sistema de numeração; em Ciências há extensos tópicos de Anatomia e Fisiologia Humanas, nos quais só é exigida do educando a memorização; em Estudos Sociais são tantos os conteúdos de Geografia e História do Brasil, OSPB e Orientação para o Trabalho que é francamente impossível a um educando de pós-alfabetização assimilar tantos conhecimentos em tão curto espaço de tempo.

Enfim, qualquer discussão de como ensinar esbarra no problema do que ensinar. Evidencia-se uma contradição entre a quantidade de conteúdos e o tempo disponível, que compromete a profundidade de tratamento dos temas e a qualidade do ensino que se pratica.

Outro problema relativo ao conteúdo refere-se à concepção ideológica que o embasa. Particularmente na Área de Ciências, o programa espelha uma concepção de Ciência a-histórica, onde os modelos explicitados dos fenômenos naturais são dados como verdades absolutas e onde a capacidade de explicação desses fenômenos é legada exclusivamente ao cientista. Em contrapartida, na Área de Estudos Sociais, o apreço pela análise materialista histórica associada a uma dicotomia conteúdo-método levou a que a reformulação curricular realizada recentemente resultasse em um programa de difícil acesso até mesmo ao monitor sem especialização na área.

Em qualquer dos casos, a extensão excessiva do conteúdo e sua inadequação ensejam uma reformulação do currículo, reduzindo-se sua extensão e priorizando tópicos, especialmente aqueles que permitem ao educando desenvolver habilidades e noções preliminares de cada Área, bem como os que lhe permitam relacionar significativamente os conceitos fundamentais à sua realidade pessoal e social.

B. O Processo de Ensino-Aprendizagem

Identificamos uma incoerência entre as diretrizes e a realidade educativa do Programa, uma vez que as orientações metodológicas expressas no caderno "Educação de Adultos: Programação Básica" permanecem no papel, não sendo levadas à prática senão limitadamente.

A realidade pessoal e social do educando, que se pretenderia a referência de todo o trabalho educativo, é, regra geral, considerada mais na dimensão afetiva da relação educador-educando do que na dimensão cognitiva.

O educando não é de fato respeitado enquanto agente de seu próprio processo educativo, pois na mais das vezes é colocado numa posição passiva frente ao conhecimento, cabendo-lhe assimilar conceitos, regras, técnicas e normas de cuja construção não participa. A participação do educando no processo de aprendizagem é limitada também pela escassez de material didático em geral, e de recursos e material concreto para experimentação e elaboração de conceitos.

O trabalho nas diversas Áreas espelha essas contradições mais gerais.

Em Matemática, a metodologia adotada não garante que o educando assimile a lógica interna do sistema de numeração decimal (a necessidade concreta do registro de quantidades através de algarismos, a base do sistema de numeração e o valor posicional dos algarismos no sistema), sendo dada ênfase à aprendizagem mecânica das técnicas operatórias e não à construção dos conceitos matemáticos concernentes às operações fundamentais.

Em Língua Portuguesa, a alfabetização é focada no aspecto ortográfico enfatizando a aprendizagem de palavras e sílabas, que não são adequadamente articuladas às unidades reais de comunicação: frase e texto. Na Suplência, privilegia-se a Gramática Normativa em detrimento da leitura e produção de textos pelos educandos, quando seu justo lugar é o de instrumento para a reelaboração do que se escreve e para a investigação das relações entre as palavras no que se lê.

Em Ciências, o curso é simplesmente informativo e restringe o conhecimento à realidade imediata do educando, sem ampliar sua interpretação da realidade. O educando é colocado numa posição passiva, não participa da construção dos conceitos, sua curiosidade científica não é estimulada, não lhe são propiciadas oportunidades de experimentação. Os diferentes níveis do raciocínio não são exigidos, sendo a memorização a habilidade quase exclusiva a ser exercitada.

O mesmo ocorre em Estudos Sociais, onde o cumprimento do extenso programa é um imperativo que tolhe as possibilidades de que o monitor dê um tratamento metodológico adequado a cada tópico. Regra geral os conceitos são apenas transmitidos, e quase nunca construídos pelos educandos, e as operações mentais e habilidades não são satisfatoriamente desenvolvidas.

Vale observar que não se deve creditar os desacertos metodológicos a qui apontados exclusivamente ao eventual despreparo dos monitores, pois estes não recebem das equipes técnicas os subsídios e a assessoria necesários ao desempenho da função, nem encontram nas reuniões pedagógicas o espaço desejável para a reflexão acerca da metodologia.

V. Avaliação do PEA e sugestões

A educação básica de adultos é uma questão que deverá preocupar ainda por longo tempo os educadores, o Estado e a população brasileira, uma vez que o contingente de analfabetos continua a crescer em números absolutos. Dentre as múltiplas iniciativas governamentais e da sociedade civil, parcela significativa da responsabilidade no combate ao analfabetismo cabe ao PEA-FABES, sendo desejável que ele se estruture em caráter permanente enquanto sistema regular de ensino.

A avaliação de um Programa dessa magnitude requer a análise de alguns de seus condicionantes. Alocado em uma Secretaria que atua basicamente a nível de Assistência Social, o PEA adquire às vezes características mais assistencialistas do que propriamente educacionais, o que reforça uma perspectiva "emergencial" que em geral existe no trato do analfabetismo. Esse caráter emergencial faz com que a questão da educação de adultos te nha uma posição instável no âmbito político institucional da Secretaria, e exemplo disso é sua reduzida participação no orçamento frente aos programas de creches e habitação. O PEA é condicionado também pelo fato de ser oriundo do MOBRAL, campanha criada no período de maior autoritarismo do regime militar como instrumento de legitimação do Estado junto aos grupos populares, e estruturada de modo verticalista e diretivo. A ruptura com o MOBRAL CENTRAL não isenta o Programa de certas influências, como o caráter de campanha que acaba por justificar a precariedade das salas de aula, material e de formação dos monitores e técnicos. Há também a herança de uma estrutura verticalista que se manifesta na utilização de provas unificadas, na produção centralizada de material, na atuação dos técnicos como meros controladores e dos monitores como meros aplicadores.

Se estes fatores têm comprometido a eficácia do PEA, é possível reconhecer ao longo dos últimos anos um aperfeiçoamento de sua ação, expresso na contratação de monitores, abertura de espaço de reuniões nas Regionais, promoção de cursos de capacitação e, em especial, uma série de experiências alternativas realizadas em diversas regionais.

O que podemos observar é que o polo mais dinâmico do Programa está na relação entre monitores e educandos na sala de aula, onde a prática educativa pode se dar de forma mais comprometida e renovadora e onde têm sido gerados os esforços mais significativos de melhoria da qualidade do ensino. Verificamos, entretanto, que boa parcela dos monitores não possui forma -

ção específica para a função de professor e, o que é mais grave, não encontra no PEA condições para se capacitar, já que os espaços de reunião são exíguos e mal aproveitados, e que os técnicos não têm desempenhado adequadamente sua responsabilidade parcial na formação e acompanhamento dos monitores.

O desenvolvimento da relação educativa por parte dos agentes intermediários vem sendo obstada pelo verticalismo burocratizante da organização. Muitas vezes, porém, o discurso sobre o peso da burocracia nas atribuições das equipes técnicas acaba servindo para encobrir seu despreparo para a função, agravado pela inexperiência de sala de aula.

O monitor, tendo que se responsabilizar pelo aspecto pedagógico, acaba tendo uma possibilidade de formação na prática que o técnico não tem.

Cabe assinalar que o relacionamento entre técnicos e monitores é, regra geral, conflitivo e desprovido de uma base real de confiança e respeito mútuos.

Consideramos ser oportuna a revisão do papel das equipes técnicas, de forma a redimensionar suas atribuições e favorecer a fluência da relação técnico-monitor no âmbito pedagógico, já que atualmente prevalecem o burocrático e hierárquico. O caminho que vislumbramos para que o técnico possa aprofundar sua reflexão a nível de metodologia e desempenhar seu papel de orientador pedagógico de modo mais adequado é uma atuação mais orgânica junto aos monitores, de forma que possa ser sensibilizado pelas reais questões que emergem na prática de educação de adultos.

Parece-nos ainda ser o trabalho coletivo a única forma de dar consistência e unidade metodológica a grupos tão heterogêneos de monitores. Os encontros entre monitores são insuficientes, sendo necessária a abertura de espaços para a troca de experiências e construção de um trabalho coletivo, sem o que a prática do educador se vê empobrecida, sem perspectivas de crescimento e sistematização.

Notamos também que falta ao Programa um corpo teórico-político-pedagógico que dê coerência às várias instâncias, definindo objetivos claros, metodologia e estratégias de sala de aula. A sensação que se tem é que se vacila entre um centralismo tecnicista do antigo MOBRAL e uma proposta de descentralização participativa que não tem dado conta de construir esse projeto orientador. Na medida em que se entende descentralização participativa como justaposição de opiniões, propostas, tendências, métodos e técnicas, não se chega em termos pedagógicos a um corpo único, básico e coerente.

Seria importante também refletir sobre o sentido em que o termo Educação Popular tem sido utilizado no PEA, transformando-se muitas vezes em sinônimo de precariedade e ausência de formalização, em justificativa do provisório e de ingenuidade pedagógica. Já há um bom tempo se vem avalian-

do o papel do Estado na educação formal de adolescentes e adultos como - possível e importante agente da educação popular, mas isso só se viabiliza de forma eficaz com o crescente aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos na prática educativa e dentro de um corpo de objetivos político-pedagógicos definidos. Nesse sentido é fundamental superar tanto o verticalismo autoritário como a versão pseudo-participativa, esforçando-se no sentido de criar condições institucionais para uma real participação, garantindo espaços de formação (cursos, reuniões pedagógicas e assessorias específicas por área) e criando condições de permanência dos profissionais no PEA através de melhores salários e de uma alocação mais consequente dos funcionários da FABES em seus diversos programas. Para que alunos, monitores e técnicos tenham controle sobre as diretrizes do Programa, é preciso que sua contribuição ultrapasse o nível de simples su-gestões. É necessário também que técnicos e monitores, quando incumbidos das tarefas de produção de material didático, reavaliação e planejamento do programa todo, tenham condições de fazê-lo de forma profissional e consequente - com representatividade, espaço institucional, remuneração e controle do processo como um todo.

São Paulo, novembro de 1985.

CEDI- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Programa Educação e Escolarização Popular.

Aos Educadores do PEA/FABES/PMSP,

Esta síntese remetida pelo correio, pretende ampliar a reflexão sobre a reciclagem. Gostaríamos muito de saber a sua opinião sobre o que escrevemos, principalmente porque vocês foram parte integrante do processo que gerou o texto.

Assim, agradeceríamos muito sua carta com comentários.

Cedi/Programa Ed. Esc. Popular
Av. Higienópolis, nº 983
CEP 01238 - São Paulo - SP